

Diversidade sexual e fobias na escola: Análise sobre a aplicação da diversidade sexual na escola e da discriminação e preconceito contra os LGBT's na educação

Autoras:

Adriana Lohanna dos Santos

Bacharel em Serviço Social, especialista em Coordenação Pedagógica, Gênero e Sexualidade na Educação e em Sexologia, mestre em Educação. Professora do Município de Lagarto, Sergipe

Mônica Porto Cardoso

Formada em Direito, especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero, mestranda em Direitos Humanos pela PUC, Paraná

DOI: 10.58203/Licuri. 83087

Como citar este capítulo:

SANTOS, Adriana Lohanna; CARDOSO, Mônica Porto. Diversidade sexual e fobias na escola: Análise sobre a aplicação da diversidade sexual na escola e da discriminação e preconceito contra os LGBT's na educação. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 69-81. v. 1.

ISBN: 978-65-999183-0-8

Resumo

A escola é um espaço de formação do indivíduo, que tem como papel fundamental, capacitar os estudantes para a vida em sociedade tornando-os cidadãos críticos e conscientes do seu papel como ser social, visando também instruir no educando valores como respeito, dignidade e a aceitação do outro nas suas diferenças. No entanto, diferente do esperado, por estar a escola inserida num sistema social que a todo momento, cria, instrui e normatiza estereótipos que determinam não só os modos de vida em sociedade, mais também como devem ser as pessoas, não somente definindo o binarismo de gênero como homem/mulher - masculino/feminino, mais também a maneira “aceitável” de existir neste contexto social, sendo coagidos e violentados qualquer corpo que diverge desta norma. Na escola a reprodução destes estereótipos, cria uma cultura de preconceito e de discriminação contra as pessoas LGBTQIANPN+ e outros grupos no contexto escolar, se percebe neste contexto desde a violação de direitos destas pessoas no ambiente educacional, o que leva a evasão das mesmas do espaço educativo. Esta é uma realidade que deve ser encarada e discutida, a LGBTFOBIA na escola existe e deve ser combatida. É disto que trata este artigo.

Palavras-chave: Educação. Homofobia. Lesbofobia. Transfobia. Políticas Públicas, Discriminação.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade dita “Globalizada”, onde a era da informação deveria contribuir com a diminuição da ignorância do ser humano com relação a si próprio e a diversidade que o cerca, tendo assim como espaço principal de formação e reprodução de conhecimento a escola.

Diferente do que se espera a Educação brasileira, em todo os seu níveis ainda retransmite em seus discursos e nas práticas pedagógicas, valores morais e de classe que desqualificam as pessoas que tem orientação sexual divergente da heterossexualidade, sendo escolas lócus da disseminação do preconceito contra os diferentes, intercambiado numa sociedade que converte diferenças em direitos (GUIMARÃES, 1995).

Este processo constitutivo do paradigma educacional brasileiro norteia relações pedagógicas que filtram, traduzem, e renovam violências ainda agenciadas pelo Estado, físicas e simbólicas (BOURDIEU, 1992) contra os afro-descendentes, indígenas, mulheres, e os não heterossexuais, acentuadamente contra as pessoas travestis e transexuais.

O objeto central de preocupação deste é a homofobia, o ódio aos homossexuais e a todos que têm orientação sexual não heterossexual na educação ou, se preferirmos, o preconceito que os fere, ridiculariza, humilha, e desqualifica humanamente. Isto se dá porque a brancura normativa da sociedade brasileira (NORVELL, 2002) encontra na heteronormatividade a garantia da sua reprodução.

A exclusão caracteriza há séculos tal sistema de ensino, tendendo-se a culpar a colonização cuja base é a família patriarcal formada pelo casal heterossexual sob o poder do homem “branco”, e que segue retransmitida eficazmente nas escolas, até o os dias de hoje. Com efeito, no momento em que, numa reviravolta histórica, a nação se propõe a legislar e garantir acesso a uma educação isenta de discriminações, vistos nos debates das Última Conferências Nacionais de Educação, na atualidade com a tramitação do Estatuto da Diversidade, e principalmente em vésperas a realização da IV Conferência Nacional LGBT, coloca-se em xeque mais uma vez a necessidade de uma educação baseada nos direitos humanos e no respeito ao próximo.

A antiguidade alicerçou a pedagogia na pederastia, recobrando-a de excelência pedagógica, honras militares, e divindades protetoras específicas, pois os antigos gregos sabiam, ou intuam que: “as homossexualidades estiveram presentes no mundo de forma

tão distintas quanto a própria organização cultural e moral na história das sociedades” (Prado e Machado, 2008). As ciências modernas passaram a condená-la, na medicina moderna, do séc.XIX, o pederasta será nomeado homossexual e classificado como doente mental e o direito moderno torna a homossexualidade crime crapuloso e fraude contra a procriação.

Essas dinâmicas históricas e culturais incidem, entrecruzando-se, nas formas de conceber a Educação, da gestão das escolas aos conteúdos curriculares e às relações ensino-aprendizagem, impondo comportamentos socialmente admitidos ou condenados nas instituições de ensino, em todos os níveis. É contundente ressaltar que a diversidade sexual e os temas relacionados a sexualidade humana não são discutidos ou evidenciados nos currículos das escolas, reforçando assim a reprodução do sexismo e da heteronormatividade no espaço escolar, evidenciado a invisibilidade e marginalização dos alunos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos na Escola.

RECORTES HISTÓRICOS

A discussão sobre sexualidade e gênero o que dá abertura para o debate sobre a diversidade sexual e de gênero decorre, dos estudos contemporâneos sobre as mulheres ou estudos feministas, cujo marco inaugural é a obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), a partir dos anos 60, se comece a desconstruir o pressuposto, dado como inquestionável, de que a heterossexualidade é a única expressão normal da sexualidade humana, posto que farto material etnográfico comprovava a inexistência de “*identidades masculinas ou femininas fixas, imutáveis e transculturais*” (Stolcke, 1991).

Em contrapartida nos EUA, florescem os *gays and lesbian studies*, unindo as lutas pela igualdade entre “negros” e “brancos”, homens e mulheres, hetero e homossexuais, revolução dos valores instaurada pelos movimentos de contracultura, tendo o movimento hippie, que também questionava o preconceito contra pobres e

demais grupos discriminados, influído sobre o movimento feminista contemporâneo (Costa, 2009). Logo, se na década de 80, algumas feministas recusam o conceito gênero por incluir orientações não heterossexuais, com o argumento de que se feria a noção de família, triunfa a adoção do conceito, inspirada nos EUA onde os direitos individuais não são submetidos aos familiares.

Por conseguinte, apesar dos estudos sobre homossexualidade no Brasil terem início nas religiões de matriz africana, únicas abertas aos homossexuais (Prandi, 1988), o feminismo dará visibilidade à homossexualidade e a revaloriza positivamente, como um pólo oposto à dominação masculina indissociável do casal heterossexual e nas últimas décadas, lutas e conquistas deram maior visibilidade internacional e nacional ao movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e obtendo maior suporte para pesquisas se constata que os homossexuais são a minoria mais odiada do Brasil contemporâneo (Mott, 2005).

No fim da década de 1990, organismos e movimentos internacionais contrários à misoginia, ao racismo e à homofobia conduziram, com apoio interno de movimentos sociais, o governo Fernando Henrique Cardoso a lançar o programa Brasil Gênero e Raça, que avançará ainda mais na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No ano seguinte, *“o governo federal lançou, em conjunto com a sociedade civil, o programa “Brasil sem Homofobia” (Junqueira, 2009, p.15), integrando Ministérios e Secretarias de políticas públicas para mulheres, de promoção da igualdade racial e dos direitos humanos, enfeixados no combate ao ódio contra os homossexuais, mulheres e afro-descendentes. Pela primeira vez, grupos inferiorizados ou invisíveis nos livros didáticos e salas de aulas, como “negros”, índios, mulheres, pobres, LGBT’s e deficientes físicos e mentais, têm espaço no sistema nacional de educação a se construir, faltando saber, se os atores sociais, especialmente nas escolas e universidades, são capazes de efetivar a igualdade possível num país que ainda legitima todas as hierarquias e desigualdades.*

O movimento LGBT, surgiu a partir do tumulto ocorrido no dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall, na cidade de Nova York, decorrentes de conflitos entre seus frequentadores gays, lésbicas, travestis e transexuais e a polícia, por dias, ficando conhecido como o movimento inicial em defesa dos direitos humanos LGBT em todo o mundo.

No final da década de 70, especificamente em 1978, o movimento surge no

Brasil, onde foi fundado no Rio de Janeiro, o primeiro jornal gay: “ O lampião da Esquina” e em São Paulo fora criado o “Grupo Somos”, primeira entidade de defesa dos homossexuais. Em 1990, setenta e duas cidades e três estados incluíram nas Leis Orgânicas Municipais a proibição de discriminar por orientação sexual (MOTT, 2003 apud MENEZES,2009).

Em 1995 nasceu a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo que em 2001 foi fundada a Articulação nacional de Travestis - ANTRA,

desde 2004 o programa Brasil sem homofobia, do Governo Federal, articulado como o movimento social LGBT, promove e executa diversas ações na educação (TORRES, 2010 p. 40). Em 2008 é realizada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que propôs diversas ações na área da educação, o que cogitou no lançamento pelo Governo Federal no ano seguinte, do Plano Nacional de Políticas e Direitos Humanos de LGBT, que prevê quinze ações a serem executadas pelo ministério da Educação.

Em 2010 é executado e planejado pela ABGLT e parcerias com o apoio do Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), o projeto Escola Sem Homofobia, que realizou em todo o país seis capacitações com cerca de mais de 200 profissionais de educação, produziu um kit que seria distribuído nas escolas para capacitar outros profissionais da educação, outrora, depois de várias discussões do movimento LGBT com a SECAD, ficou acordado depois da aprovação do KIT Escola Sem Homofobia, seria feita a distribuição de seis mil kits em todo o país. Ainda no ano de 2010 o movimento LGBT, se organiza e presentes na Conferência Nacional de Educação aprovam propostas que orientam o país a desenvolver uma educação inclusiva, não sexista e não homo/lesbo/transfóbica.

Outrossim, pode-se avaliar como avanço mais importante hoje, porque efetivo, a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em 5 de maio de 2011, onde os dez juízes aprovaram o reconhecimento da União Estável Homossexual, reconhecendo-a como entidade familiar com direitos iguais aos dos casais heterossexuais, como também a realização da II Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que acontecerá em Brasília de 15 a 18 de dezembro do corrente ano.

DIVERSIDADE SEXUAL E PRECONCEITO CONTRA LGBT'S NA ESCOLA

Contemporaneamente a escola tem priorizado em seus espaços de discussões e debates, temas evidenciados na sociedade sob a ótica da transversalidade, no entanto quando a discussão da diversidade sexual e da sexualidade humana, a mesma se apresenta tímida e silenciosa, o que prova ser o tema um tabu no ambiente escolar. Entre os alunos, a homossexualidade e a diversidade sexual, aparece muitas vezes como algo que deve suscitar ironia, violência, agravo moral, e ser excluído do ambiente escolar (JUNQUEIRA,

2009). Contudo, talvez a escola não trate da questão abertamente, visando minimizar as tensões, pelo fato de considerar a orientação sexual um dado biológico, natural.

Percebe-se então que por trás desta visão, oculta-se o preconceito e a discriminação que sofre o estudante LGBTQIAPN+ no estabelecimento de ensino, vindo não só de alunos, mais também, o corpo docente pode tomar atitudes preconceituosas. Trazendo à tona a necessidade do apoio de intelectuais orgânicos, LGBT's ou não à luta contra a intolerância da qual a homo/lesbo/bi/transfobia é a base, se traduz nas palavras de Louro:

Desprezar alguém por ser gay ou por ser lésbica é, para mim, intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível”. Conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque suas práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais é, para mim, intolerável. Mas esse quadro parece representar, em linhas mais ou menos gerais, a sociedade brasileira. Por isso, sinto-me autorizada a afirmar que a sexualidade ou as tensões em torno da sexualidade constituem-se numa questão que vale a pena colocar em primeiro plano (LOURO, 2007, p.39).

Portanto se a sociedade se mostra intolerante com as diferenças sejam elas sexuais, de gênero, sociais, a discriminação e o preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+ torna-se comum no país, pessoas que divergem da “cis”-heterossexualidade passam por processos de segregação e discriminação, duas das expressões da LGBTfobia. Na escola não será diferente, pois a mesma como espaço de sociabilização e de reprodução de valores sociais também será espaço de discriminação e segregação dos diferentes, pois, crianças jovens e adultos da comunidade escolar, poderão se expressar como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (TORRES, 2010).

Sendo assim, diante dessa violência promovida pelo heterossexismo no campo escolar, é preciso assegurar que esses estudantes não sejam submetidos à humilhação, à violência ou algo similar, pois,

Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficiente diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é

agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. O que dizer a ele ou a uma turma hostil? O assunto deve ser levado a pais e mães? E, quando sim de que modo? Como se comportar quando uma criança declara, em sua redação, seu afeto por um/a colega do mesmo sexo? A troca de gestos de carinho entre estudantes de mesmo sexo ou alterações de modo de se vestir, falar, gesticular deve receber algum tipo de atenção particular? É legítimo o pedido de uma pessoa para não ser chamada pelo seu nome do registro civil, mas por um nome social de outro gênero?... (JUNQUEIRA, 2009, p.34)

De certa Forma, o processo de segregação e discriminação contra as pessoas LGBTQIPN+'s na escola, se dá pelo fato de que o sistema educacional brasileiro não se propõe a discutir a sexualidade humana e a diversidade sexual e de gênero presente em nossa sociedade, pois as sexualidades têm sido tratadas com base em crenças morais, provenientes de discursos religiosos (TORRES, 2010), preconizando assim o despreparo dos profissionais de educação em lidar com situações iguais as citadas acima.

Na escola, o trabalho necessário para problematizar e subverter a homofobia, como também outras concepções preconceituosas e práticas discriminatórias, requer trabalho pedagógico, posturas e arranjos institucionais, capazes de abalarem estruturas e mecanismos de (re)produção das desigualdades e das relações de forças, garantindo assim o acesso a cada espaço da escola e tratamento adequado por parte de toda a comunidade escolar a esses estudantes, adotando medidas que venham a contrapor essa moral heterossexistas instituída.

Se traços dessa moral, que produziu no país uma exclusão social e educacional quase sem similar no mundo, não é estranho que o país seja campeão em assassinatos de de LGBT's no mundo. Pesquisas, incluso as publicadas pela SECAD/MEC/UNESCO, oferecem dados assustadores sobre ódio aos gays, lésbicas, travestis, transexuais, e violências físicas - estupros, apedrejamentos e mortes- e simbólicas -agressões verbais e gestuais- nas famílias como também nas escolas (Oliveira, 2005; Munanga, 2005; Junqueira, 2009), onde :

Neste ambiente (e não só aqui), os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades sexuais alimentam a homofobia e a misoginia,

especialmente entre os meninos e os rapazes. Para eles, o “outro” passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para *merecerem* suas identidades *masculinas* e *heterossexuais*, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade (...) À disposição deles estará um inesgotável arsenal “inofensivo” de piadas e brincadeiras (racistas, misóginas e homofóbicas) (Junqueira, 2009, p.19).

Tudo isso explica, em parte, significativa parcela do baixo rendimento escolar e a evasão de quase 50% dos jovens, hoje, inclusive em Sergipe (SEED, 2009). Para além da pobreza que leva a trabalhar mais cedo, há as enormes dificuldades encontradas por homossexuais e outros grupos nas escolas, *“ainda maiores se pessoas homoeróticas e/ou com identidade de gênero fora do padrão convencional pertencerem ainda a outros setores também discriminados e vulneráveis (pobres, menos letrados, mulheres, negros, indígenas, soropositivos, possuidores de uma assim dita deficiência física ou mental, etc.)”* (Junqueira, 2009, p.25).

Todo preconceito produz sofrimentos, injustiças e mesmo que o país elimine a produção didática que inferioriza ou torna invisível enorme parcela da população, está claro que não se pode crer no mito que atribui à escola um papel transformador e redentor, de uma “raça/etnia”, gênero, classe ou grupo social. Diretores, coordenadores, professores e estudantes de escolas e faculdades mal mascaram preconceitos contra pobres, “negros”, mulheres, mães solteiras, gays, lésbicas, travestis, transexuais, idosos e deficientes, enquanto aparentam cumprir o requerido pelo Conselho Nacional de Educação. Estas observações, o MEC e ao UNESCO atestam: para 60% dos professores brasileiros é inaceitável a pessoa ter relações homossexuais; 50% não sabem abordar homossexualidade nas aulas e a considera doença; 60% dos pais não desejam que os filhos tenham colegas gays e bater nestes foi apontado como exemplo menos grave de violência nas escolas. (Pátio - Revista pedagógica - mai/jul 09).

Esta realidade viola princípios do Sistema Nacional de Educação em construção, da Rede de Educação em Direitos Humanos, os direitos de cidadania e à personalidade. Viola direitos irrenunciáveis após décadas de lutas com perdas pessoais e políticas para militantes feministas, negros e LGBTQIAN+’s. Repensar a educação pedagógica com base no respeito ao outro e à inviolabilidade da vida, não é tarefa nada simples na sociedade em que profundas desigualdades se sustentam em critérios classificatórios discriminatórios

raciais, de gênero, de orientação sexual, classe, estado civil, faixa etária, peso, altura e limites estéticos.

Para Martins (2003): “...um casal gay não vai ser tratado como um casal hetero nas escolas”. O pretexto é que a docência não foi preparada para lidar com a diversidade sexual e a população tende a fortalecer a homofobia intercambiada entre a família, a sociedade, e o meio escolar. Em países heterossexistas como o nosso, isto é, que suprimem os direitos dos homossexuais, a homofobia é um sentimento tido como normal. Só no Brasil ela é responsável direta pelo assassinato de 2.403 gays, lésbicas e travestis nos últimos 20 anos. Sendo 120 das mortes ocorridas no estado do Paraná¹. Noutros Estados a situação não parece melhor quanto à violência na escola, conduzindo à evasão. Uma transexual gaúcha de 28 anos, Luciana, sobre suas memórias escolares recorda:

Da escola, eu lembro das torturas. (...) nos olhares e nos risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo que me falava grosserias (...) Quando eu via aquele guri, eu entrava em pânico e pensava “meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo?” Enquanto ficava nas ameaças eu agüentava, mas o pior foi quando ao sair da escola eu Levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu agüentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber da escola. (Peres, 2009, p.252).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Apesar de ser um tópico do Parâmetro Curricular Nacional - PCN, documento do Ministério da Educação que determina quais pontos devem ser abordados no ensino médio, a diversidade sexual costuma ficar fora dos currículos, face ao desinteresse da comunidade escolar na problemática. Mantêm-se, em boa medida, práticas consideradas hoje criminosas, que o Brasil tenta abolir das salas de aulas. Em todo o mundo, se tenta adotar o direito à diversidade, para que não se fale “direitos das minorias” para referir à maioria excluída da educação ou marginalizada nas instituições de ensino de maneira explícita ou,

velada, seja estudante ou professor. De acordo com a legislação, não é mais aceitável perseguição, nas instituições de ensino, contra mulheres, afro-descendentes, ameríndios, gays, lésbicas, travestis e transexuais, idosos e deficientes.

Tampouco se devem aceitar docentes elitistas, racistas e homofóbicos que, sem preparo e história, em espaços que, legitimamente, seriam dos que mais se dedicaram a tais temas. Evidentemente, lutas de indivíduos, e movimentos sociais organizados para banir, dos espaços educacionais e profissionais a intolerância racial, religiosa, e de sexo/gênero abre caminhos rumo à igualdade de direitos, mas só será possível avançar na direção de uma sociedade menos violenta e desigual se os gestores da educação, diretores, funcionários, coordenadores, docentes e discentes efetivarem no espaço escolar uma política de respeito a diversidade e aos direitos humanos, em diálogo com as famílias, e essa atuação for cobrada pelos legisladores, porque está em jogo a conquista da cidadania plena, imprescindível para pôr freio à exclusão socioeconômica, educacional, preservando laços familiares e reduzindo a violência generalizada da qual todos somos potenciais ou reais vítimas.

A questão social aqui apresentada trata-se da discriminação presente em nossa sociedade, que vitima os desiguais e os coloca à margem das relações sociais, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a bifobia e outras formas de discriminação presentes em nossa sociedade se reproduzem na escola. Quiçá se possa esperar algumas transformações num país internacionalmente conhecido como um dos mais racistas do mundo, dos mais violentos contra crianças e mulheres, LGBTQIAPN+'s, idosos e pobres em geral, além de situar-se entre os de pior qualidade de ensino, criminalizando, não somente no discurso legal, mas efetivamente, a violação dos direitos fundamentais e a violência contra vulneráveis. Mas os estudos até então realizados não autorizam grandes expectativas ou ilusões.

Vivemos um momento de transformação social, que inclui, principalmente, uma mudança na erótica. Por outro lado, vemos que grande parte da sociedade não entende e principalmente não acompanha todo esse processo de transformação, atraso que resulta no pensamento irracional sobre a problemática da diversidade sexual, como também na execução de atitudes que demonstrem o preconceito e a discriminação contra a classe LGBTQIAPN+.

Apesar do estado como já citado neste, tenha avançado na defesa dos direitos humanos das minorias e na efetivação de políticas públicas voltadas para a população

LGBTQIAPN+, é certo comentar que a escola tem uma parcela muito grande de culpa nesse processo, pois como citado neste estudo a mesma ainda não acordou no sentido de entender que a diversidade sexual deve ser discutida no âmbito escolar, coisa que raramente se vê. Diferentemente do que se espera da coordenação pedagógica da escola, a mesma apresenta muitas vezes uma postura tradicional, embasada em conceitos arcaicos, e muitas vezes heterossexistas. É preciso que a escola, como instituição formadora de opiniões e de cidadãos, comece a difundir no seio de todo o processo de ensino-aprendizagem o respeito pela diversidade seja ela cultural, étnica, religiosa e principalmente sexual. Encarar a orientação sexual como questão para ser discutida em bases racionais, intelectuais, sociais, no interior de disciplinas como ética, antropologia, sociologia, história, filosofia e como disciplina específica. É preciso ensinar a respeitar o outro como é, em suas diferenças e potenciais, homo e heterossexualidade são diferenças que precisam ser reconhecidas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1992.

CÔRREA, Lisete Bertotto. *A Exclusão Branda do Homossexual no Ambiente Escolar*. 2003. 153 pg., Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate a violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Homofobia na Escol.*, Salvador-BA, 2003. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/>. Acesso em 21 de out.2006.

FOUCAULT, Michel. *Historia da Sexualidade 1 - A Vontade de Saber*. 13ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2 - O Uso dos Prazeres*. 8a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “O recente anti-racismo brasileiro”. In. *Povo Negro. Revista USP*, São Paulo (28): 84-95. Dezembro 95/Fevereiro 96.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um Dicionário Marxista. A Política Sexual de uma Palavra”. In. *Cadernos Pagu*. Bessa, Karla Adriana Martins. (Coord.), Campinas, Unicamp, 2004, pp.. 201-246, n.22

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Escola e Homofobia”. *Pátio Revista Pedagógica*. RS, Artmed, mai/jul 2009, PP. 28-31.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.1352.

MARTINS, Ferdinando. MIX BRASIL. *Homossexualidade na Escola*. Disponível em: <http://www.mixbrasil.uol.com.br/>. Acesso em 14 de out.2006.

MOTT, Luiz. A história do historiador. In. FIGUEREDO, Luciano. (Ed.). *Revista de História do Museu Nacional*. Ano I. N. 6. p. 62. Rio de Janeiro, dez; 2005

NORVELL, John. “A Brancura Desconfortável das Camadas Médias Brasileiras”. In. OLIVEIRA, Iolanda. “Prefácio”. In. OLIVEIRA, Iolanda. (Org.) *Relações Raciais e Educação*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

PERES, Wiliam Siqueira. “Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira”. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.236-264.

PRADO, Marco Aurélio Maximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo, Cortez, 2009.

PRESIDÊNCIA da Republica: Secretária Especial de Direitos Humanos - SEDH. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília - SEDH, 2009.

REZENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.) *Raça como retórica - a construção da diferença*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, PP.409-440.

RIOS, Roger Raupp. “Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação”. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.53-83.

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. Aracaju. Março de 2010.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para Gênero assim como Raça para Etnicidade?”. In. *Estudos Afro-asiáticos*, 1991, pp101-119.

STOLCKE, Verena. A “natureza” da nacionalidade. In. MAGGIE, Yvonne e VILLALTA, Luiz Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In. NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo, Cia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, PP.367-398.

TORRES, Marco Antônio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.